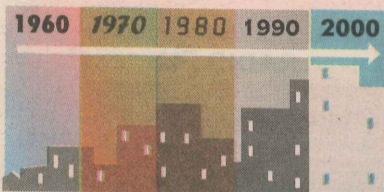


Vinte novos bairros até 2012

A105314-1

Instituto Jones dos Santos Neves
Biblioteca

Grande Vitória viveu crescimento acelerado e, agora, enfrenta nova fase. Previsão é de 27 mil novos moradores



MARÍLIA ARRIGONI

O crescimento da economia capixaba nos últimos 40 anos elevou a população do Estado em mais de 2,2 milhões. Com a nova onda de desenvolvimento, a partir de indústrias e do petróleo, deverão ser criados até 20 novos bairros nos próximos cinco anos, só em Vila Velha, Vitória e Serra, onde estima-se um salto populacional de 27 mil habitantes, no mesmo período.

As modificações nos mapas urbanos estão previstas por institutos de pesquisas e secretários das administrações municipais. Esses bairros seriam para abrigar não só os novos habitantes, mas os novos projetos residenciais.

“Os projetos residenciais em aprovação na administração somam mais de um milhão de metros quadrados, é uma média de 10 mil unidades. Podem ser criados novos bairros ou os espaços já existentes também poderão absorver essa demanda”, afirma o secretário de Desenvolvimento de Vitória, Kleber Frizzera.

“A economia cresceu muito e hoje é formada por empresas nacionais, estaduais e internacionais. Esse cenário tende a crescer mais ainda”, analisa

O secretário de Desenvolvimento Econômico de Vila Velha, Antonio Marcus Machado, também aposta no crescimento.

“Há um espaço intocado na cidade, voltado para a área rural, que deverá ser ocupado. Assim, um novo bairro deve nascer a cada cinco anos”.

Quanto a novos bairros, a Serra é o município que possui mais projetos. Atualmente, são 124 oficiais e existem propostas para mais 60. No entanto, o número deve ficar em torno de 15.

“É preocupante esse aumento, porque quanto maior a cidade, mais complexa fica a gestão. A ideia é ocupar as áreas vazias dos bairros já existentes, pois eles já possuem infra-estrutura”, destaca o secretário de Desenvolvimento Urbano, Silas Maza.

A Grande Vitória representa 64% do Produto Interno Bruto (PIB) do Estado e a população da região metropolitana ocupa uma parcela de 47,5% do Espírito Santo.

O crescimento da população da Grande Vitória nos últimos cinco anos, de acordo com o IBGE, foi de 2,5% e o do Estado, 1,93%.

JARDIM CAMBURI - ANOS 60

ANTÔNIO CARLOS SESSA



JARDIM CAMBURI - 2007

LEONEL ALBUQUERQUE



VISTA DO CONVENTO - ANOS 60

PAULO BONINO



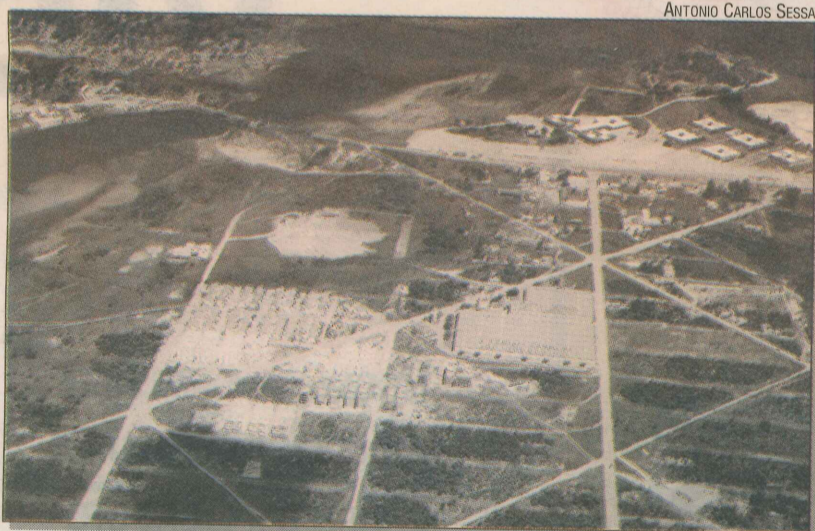
VISTA DO CONVENTO - 2007

ANTONIO MOREIRA/AT



JARDIM DA PENHA - ANOS 60

ANTONIO CARLOS SESSA



JARDIM DA PENHA - 2007

CASSY MOTTA/AT



A GRANDE VITÓRIA 40 ANOS

AS MUDANÇAS ECONÔMICAS E URBANAS NA GRANDE VITÓRIA DESDE OS ANOS 60

ANOS 60

Até os anos 50, apenas 5% da produção capixaba era industrial, o restante tinha característica agrícola e atuava no setor de comércio e serviços.

Em Vila Velha, as regiões mais exploradas eram a Glória, onde ainda não existia a fábrica da Garoto, e os outros bairros próximos à rodovia Darly Santos.

A Praia da Costa, atualmente disputada por grandes construtoras, tinha pouco mais de dois edifícios e era coberta de área verde.

ANOS 70

Até 1970, os municípios que mais cresceram no Estado foram Cariacica, Vila Velha e Vitória. O fomento financeiro, promovido pelo governo estadual, criou

a alternativa de investir na indústria para sair da instabilidade da agricultura.

Nessa época, surgiram empresas como a Real Café, Frisa e outras. Esse impulso foi o bastante para consolidar o processo de industrialização do Estado.

Ainda assim, até 1980, a Grande Vitória teve taxa de crescimento de 6,07%. Em 1973, a região metropolitana tinha apenas 400 mil habitantes.

ANOS 80 E 90

Nos anos 80 aconteceram os desdobramentos dos grandes projetos industriais e foi nesse período que a Grande Vitória e o Estado passaram a ter perfil industrializado.

A construção da Terceira Ponte fez

com que Vila Velha registrasse expansão econômica e habitacional. A cidade, por não receber grandes indústrias, tornou-se ponto logístico.

HOJE E FUTURO

Companhias nacionais e internacionais que já atuavam ou que estão chegando ao Espírito Santo mais uma vez atraem novos fluxos migratórios e desenvolvimento urbano.

O desafio, segundo especialistas, é que os planos estaduais e municipais sejam bem executados, trazendo infra-estrutura e capacitação profissional para aproveitar o potencial dos capixabas.

Fonte: Pesquisa A Tribuna e especialistas.

De área selvagem a centro comercial

Instituto Jones dos Santos Neves
Biblioteca

AJ05314-2



Se nos próximos cinco anos a Grande Vitória vai ganhar 20 novos bairros, quem chega hoje a Vitória e Vila Velha, por exemplo, não imagina como eram as duas cidades há 40 anos atrás.

Um exemplo é a avenida Nossa Senhora da Penha, na Praia do Canto. Nos anos 60, ela tinha um aspecto selvagem, não possuía comércio nem casas e não havia asfaltamento.

Hoje, a Reta da Penha é uma das avenidas mais valorizadas do Estado, com vários prédios comerciais e empresariais, diversas agências bancárias e hipermercados, e vai abrigar a futura sede da Petrobras.

O mesmo fenômeno ocorreu

na Praia da Costa, em Vila Velha, que nos anos 60 era formada basicamente por áreas verdes.

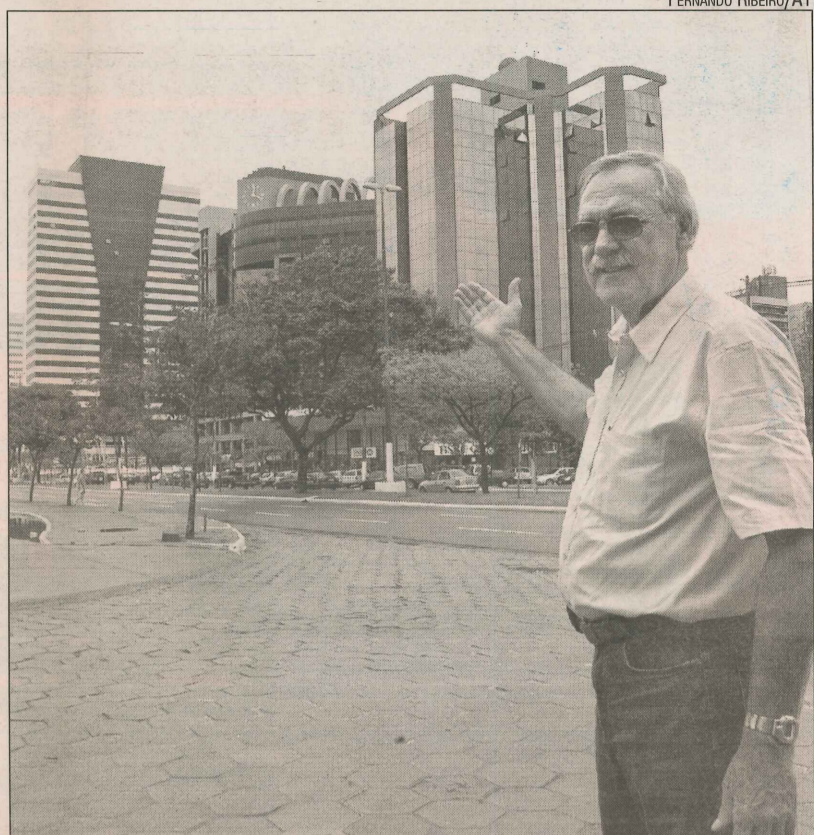
“O maior impacto foi a construção da Terceira Ponte, que ligou a parte nobre de Vitória à de Vila Velha. Com isso surgiram muitos bares, restaurantes e eventos”, conta o secretário de Desenvolvimento Econômico de Vila Velha, Antônio Marcus Machado.

A Enseada do Suá, em Vitó-

ria, que hoje abriga shopping, órgãos do Legislativo e Judiciário, além de diversos prédios comerciais e residenciais, era uma extensão do mar.

“Antes só havia atividades aqui no setor de serviços. Tudo foi crescendo e virou o que é hoje”, ressalta o primeiro morador do bairro, Demétrio Tedesco, que construiu sua casa em 1977.

“Na verdade, Vitória era um imenso manguezal. De cima só era possível ver ilhas e pouquíssimas casas, principalmente em Jardim Camburi e Jardim da Penha”, conta o fotógrafo e autor de algumas das fotos publicadas nesta reportagem, Paulo Bonino, que mora na Praia do Canto.



Demétrio Tedesco foi o primeiro morador da Enseada do Suá

VISTA DA PRAIA DA COSTA - ANOS 60

ANTÔNIO CARLOS SESSA



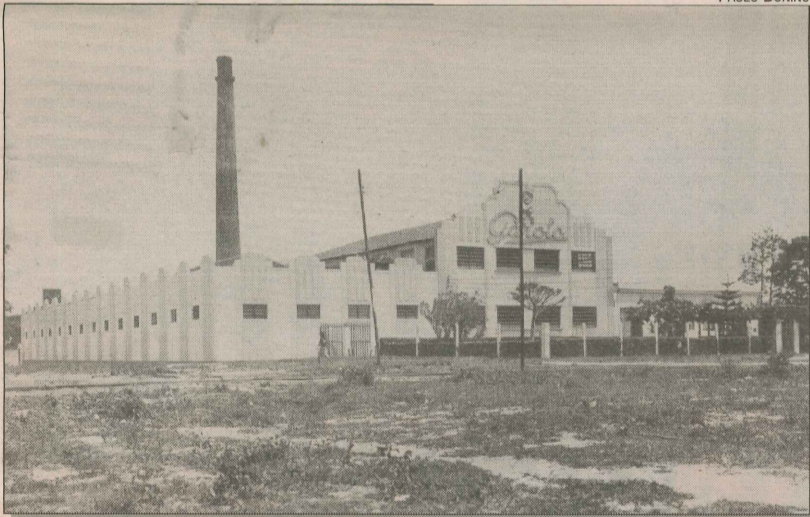
VISTA DA PRAIA DA COSTA - 2007

LEONEL ALBUQUERQUE



FABRICA DA GAROTO - ANOS 60

PAULO BONINO



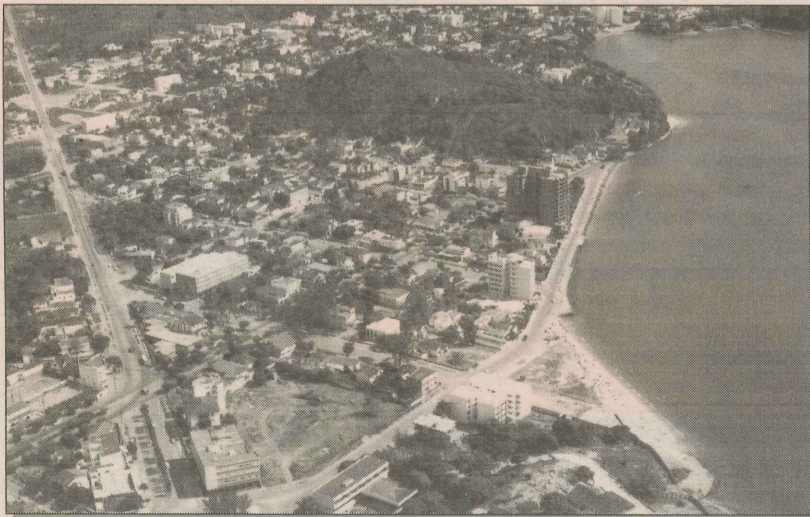
FABRICA DA GAROTO - 2007

KADIDJA FERNANDES/AT



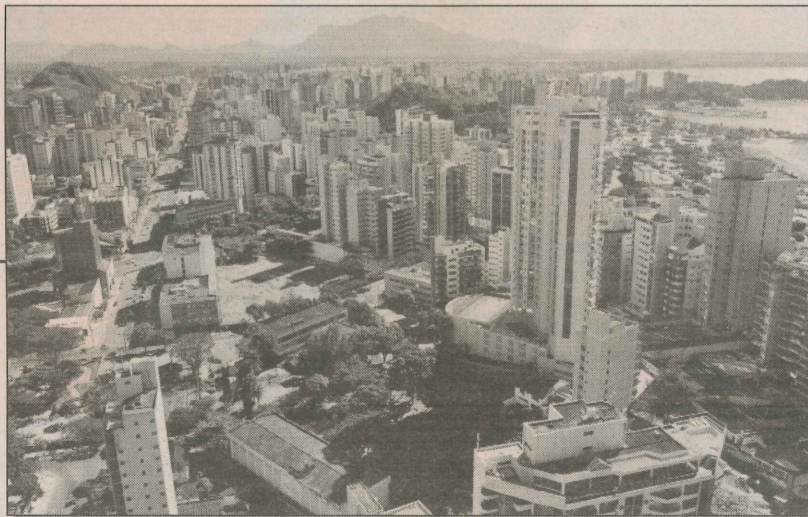
RETA DA PENHA E PRAIA DO CANTO - ANOS 60

PAULO BONINO



RETA DA PENHA E PRAIA DO CANTO - 2007

LEONEL ALBUQUERQUE



Especialista alerta para inchaço

Crescimento econômico gera riquezas. No entanto, de forma desordenada, cria bolsões de pobreza e exclusão social.

Especialistas alertam que se os planos de desenvolvimento das cidades e do Estado não forem bem executados, as consequências negativas do progresso podem vir à tona, como já aconteceu no passado.

O Espírito Santo já passou por quatro fases de desenvolvimento desde os anos 50, explica a cientista política da Ufes Marta Zorzal e Silva. “A primeira relacionada à exportação do café, que passou por uma crise no início da década de 60 e fez com que as pessoas migrassem para as cidades”, conta.

O segundo momento é a transição dos investimentos, antes agrícolas e que passaram a ser industriais.

“Essa fase vai até os anos 70, quando a região metropolitana começa a passar por um processo de urbanização devido aos grandes projetos industriais, como Companhia Vale do Rio Doce, que com sua logística passa a atrair pessoas e investimentos para as cidades”, pontua Marta.

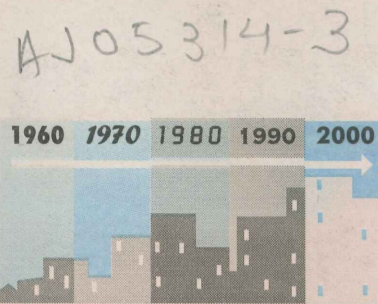
Segundo ela, é neste momento que o plano de Vitória é redefinido em quantidade populacional. A terceira fase são os contínuos investimentos realizados nos anos 80 e a quarta são os desdobramentos desses investimentos.

O doutor em Arquitetura e Urbanismo André Abe avalia que este crescimento é planejável.

“É previsível a nova onda de crescimento e se não houver planejamento, há risco de autoestrangulamento. Ou seja, congestionamento do trânsito, do porto e de ferramentas importantes”, pontua Abe.

Para que isso não aconteça, ele afirma que os planos estratégicos feitos em Vitória têm de pensar de modo metropolitano.

O também especialista em Desenvolvimento Urbano e doutor em Arquitetura e Urbanismo Carlos Teixeira Campos Junior concorda. “Esses programas devem ser bem executados para mostrarem resultados”.



GUILHERME DIAS *Secretário de Estado do Desenvolvimento*

Crescimento além da Grande Vitória

“O governo do Estado está trabalhando para criar outros pólos de desenvolvimento, outras frentes de crescimento além da região metropolitana. O que queremos é descentralizar economicamente”

Instituto Jones dos Santos Neves
Biblioteca

FOTOS: GUSTAVO FORATTINI/AT



Com os novos investimentos empresariais, a migração de habitantes de outras regiões para o Estado permanecerá intensa nos próximos anos, principalmente para a Grande Vitória.

Em contrapartida, o governo do Estado incentiva a descentralização dos investimentos, para equilibrar a economia e, conseqüentemente, o crescimento populacional.

O secretário de Estado de Desenvolvimento, Guilherme Dias, reafirma que o governo está trabalhando para criar pólos de desenvolvimento no interior.

“Estamos criando outras frentes de crescimento além da região metropolitana. O que queremos é descentralizar”, frisa.

Dias avalia que a taxa de crescimento populacional de 2000 a 2005 na região metropolitana ainda é superior à do Estado, mas a diferença diminuiu.

“O que mostra que outras regiões capixabas também estão se desenvolvendo. Então, o que antes era absolutamente concentrado na Grande Vitória, passou a ser distribuído”, analisa.

No passado, o secretário ressalta que o crescimento metropolitano era alto, de 7% ao ano. “Isso acontecia nas décadas de 60 a 70, depois foi decrescendo, pois até esse período o Estado era basicamente rural. A explosão urbana em torno de Vitória, que gerou a região metropolitana, começou em seguida”, conta.

“A taxa de crescimento do Brasil entre 2000 e 2005 foi de cerca de 1,4%, e a do Estado, 1,9%”, pondera Dias.

A Tribuna – Como o Estado visualiza o crescimento populacional no futuro?

Guilherme Dias – No Brasil, a tendência é que a taxa de crescimento populacional continue caindo, por exemplo, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) prevê que até 2010 a taxa de crescimento será de 1,35%, sendo que depois, até 2020, vai decrescer para 0,92%, para chegar em 2030 com 0,58%.

Quando foi feito o Planejamento Estratégico 2025, foi estimado também que o crescimento da população será reduzido, mas ainda será maior

“Se o País e os estados vizinhos conseguirem ter uma trajetória de crescimento, também diminui a pressão migratória”

do que a taxa do Brasil. Ou seja, a projeção que fizemos para até 2025 é de que o Estado tenha 4,3 milhões de habitantes.

Neste cenário para 2025, a previsão de taxa anual do Estado é de 1,2%, reduzindo a ve-

locidade de crescimento.

– Por que o Estado ainda vai ter taxa de crescimento maior do que a nacional?

– Acreditamos que devido ao processo de desenvolvimento do Estado, além do crescimento da natalidade, o Espírito Santo vai continuar a receber um fluxo migratório.

A tendência é que o Estado fique entre os que vão continuar crescendo, como as regiões do Centro-Oeste e Norte.

Como o Espírito Santo vai se tornando um estado mais desenvolvido, a velocidade de crescimento diminui. Quanto mais desenvolvido, quanto mais rico, menor a taxa de crescimento.

No entanto, como o Estado tem diferencial de crescimento maior que o do Brasil e dos estados vizinhos, tem uma força do fluxo migratório.

– Qual vai ser o diferencial de crescimento do Estado em relação ao Brasil?

– Se o País e os estados vizinhos conseguirem ter uma trajetória de crescimento mais constante, também diminui a pressão migratória. O crescimento da população do Estado não depende só do que acontece aqui, depende muito das regiões vizinhas.

É importante compartilhar os processos de desenvolvimento. Porque se o Estado expandir co-

mo uma ilha de prosperidade, a migração vai aumentar muito.

Se nos anos 70, 24,1% da população do Estado pertencia à Grande Vitória e hoje é quase metade, e se esta proporção for mantida, nós teremos 50% dessa população na região metropolitana e o restante nos demais municípios.

– E o que será feito além dos investimentos das políticas de infra-estrutura urbana e social para dar conta desse crescimento?

– O governo do Estado está trabalhando para criar outros pólos de desenvolvimento, outras frentes de crescimento além da região metropolitana. O que queremos é descentralizar economicamente.

Até porque essa expressão “interior” já não vai fazer muito sentido dentro de alguns anos, pois a tendência é de outras cidades do Estado serem aparelhadas de forma estrutural, com padrões de vida similares aos dos grandes centros urbanos.

A estimativa do IBGE, entre 2000 e 2007, é de que 13 municípios cresçam acima da média do Estado. E são cidades que fogem do território da Grande Vitória, como Linhares, Cachoeiro de Itapemirim e Venda Nova do Imigrante, ou seja, das regiões Norte e Sul do Estado.

– E quais são as apostas

que o Estado faz para descentralizar?

– Um dos meios de desenvolver é levar acesso à logística e infra-estrutura para outras regiões. A começar pelo Sul do Estado, que apresenta baixo dinamismo econômico.

O Pólo de Serviços de Anchieta, além de ter a nova Companhia Siderúrgica de Vitória (CSV), viabiliza a Ferrovia Litorânea Sul, ou seja, integra a cidade que é pólo ao resto do Estado e até do Brasil.

Outro investimento importante, no ponto de vista de fortalecer o pólo de desenvolvimento regional, é a rede de gasoduto, que tem obras programadas para o primeiro semestre de 2008 para concluir em 2009.

Em São Mateus, que abriga atividades da Petrobras e de agroindústria, será implantado um pólo industrial à margem da BR-101, em parceria com o município.

Em Colatina, onde foi implantado um terminal multimodal e que tem a ferrovia, também existe potencial de desenvolvimento. No total, o governo já está trabalhando com pelo menos oito pólos regionais empresariais.

É importante frisar que nem todos os municípios têm vocação industrial ou atividades de perfil urbano. A vocação principal de muitos ainda é a

agricultura e por isso também apostamos nessa área e mantemos as políticas de apoio à agricultura de base familiar, como na produção da fruticultura, reflorestamento e café.

– O objetivo é que a iniciativa privada invista nessas regiões?

– Sim, inclusive podemos ver que algumas das grandes construtoras já estão avaliando projetos nessas cidades pólos. Essas empresas estavam focadas exclusivamente na região metropolitana.

A área de hotelaria também já está levantando projetos nessas cidades fora da região metropolitana. Então, o crescimento de serviços na área da educação e saúde já podem ser notados.

Mesmo que não tire o peso que a região metropolitana tem, ajuda a equilibrar o crescimento das cidades capixabas e os indicadores sociais já mostram essa aproximação. De 2005 a 2006, o percentual da população na faixa de pobreza caiu cerca de 20%.

– A capacitação também faz parte das metas de crescimento do governo?

– A qualificação é fundamental, tanto no sentido da educação como na questão profissional. Esse é o núcleo central de desenvolvimento, porque serão introduzidas novas atividades econômicas no Estado, e o maior empregador é o de comércio e serviços.

O que muda é que o grau de qualificação nessas atividades é cada vez maior, exige-se uma prestação de serviço cada vez melhor.

O crescimento se reflete, por exemplo, na expansão imobiliária, que acaba exigindo melhor mão-de-obra para edificações.

Nas negociações com as empresas, o governo prioriza a contratação de pessoas locais. Incentivamos também, com parceria da iniciativa privada, a ca-

“Um dos meios de desenvolver é levar acesso à logística e infra-estrutura para outras regiões. A começar pelo Sul do Estado”

pacitação de empresas locais para fornecerem serviços para os grandes projetos industriais.

– O Estado conta com o apoio dos municípios na realização desses projetos?

– Os municípios têm um papel muito importante na adequação dos planos de desenvolvimento local a essas tendências, o Estado não é o único ator na ordenação urbana.

Os planos ajudam a organizar para onde vai o crescimento da área residencial e empresarial, porque facilita a atração de investimentos.

No caso de Anchieta, esse fator foi determinante no desenvolvimento do município, pois a administração definiu a vocação dos territórios. Mais importante do que ter o plano é executá-lo, isso é decisivo no processo de desenvolvimento.